

## CARTA DE BRASÍLIA

Nós, pescadores e pescadoras, representantes de 20 organizações de base da bacia Amazônica Brasileira, a saber Associação de Manejadores e Manejadoras Deus é Fiel do Acordo de Pesca Jutai-Cleto (AAJC), Associação dos Comunitários que trabalham com o Desenvolvimento Sustentável do município de Jutai (ACJ), Associação dos Moradores Agroextrativistas do baixo médio Juruá (AMAB), Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (AMARU), Associação dos Moradores e entorno da RDS Piagaçu-Purus (AMEPP), Associação de Pescadores de Lábrea (APEL), Associação das Comunidades Manejadoras de Lagos do Rio Içá (ASSCOMAL), Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS), Coordenação de Preservação Etnoambiental dos Kanamari do Vale do Javari (COPEAKA), Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-1 de Cruzeiro do Sul, Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-1 Tenente Santana, Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-2 de Guajará-mirim, Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-19 de Óbidos, Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 de Santarém, Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-31 de Prainha, Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-52 de Aveiro, Federação dos Manejadores e Manejadoras de Pirarucu de Mamirauá (FEMAPAM), Grupo de Manejo de Pirarucu da RESEX Unini, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM), Organização Geral dos Mayuruna (OGM); junto com técnicos de instituições aliadas, a saber WCS, Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé), Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Fronteiras, Instituto Juruá, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (Sapopema) e TNC, nos reunimos em Brasília/DF, de 03 a 05 de fevereiro de 2025, no evento **'Diálogo de Saberes: Práticas para o Avanço do Manejo Participativo de Pesca na Amazônia Brasileira'** com o objetivo de reunir iniciativas de manejo participativo de pesca e as boas práticas desenvolvidas à múltiplas escalas para identificar desafios e oportunidades para o monitoramento e manejo de recursos pesqueiros; promover o intercâmbio entre pescadores e autoridades pesqueiras e propor ações de incidência para melhorar a governança pesqueira na Amazônia. Durante estes dias de conhecimento compartilhado, refletimos e acordamos temas e algumas ações, a partir de nossas experiências, que consideramos fundamentais para a melhoria do manejo e governança pesqueira na Amazônia, e apresentamos para representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), IBAMA, CNPA, CPP, Coletivo do Pirarucu, UFAM e ASPROC.

Com relação às **Políticas públicas**, reconhecemos sua importância por garantir a valorização e reconhecimento aos pescadores e pescadoras, além de proporcionar agregação de valor ao produto do pescador e melhorar a renda familiar, o que permite a permanência no território. Os desafios são muitos, como a burocracia complexa, processos de acesso ainda não muito bem organizados ou compreendidos e falta de adequação à realidade amazônica. Nossas propostas são: (i) desenvolvimento da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para a cadeia da pesca artesanal com etapas claras, métodos de avaliação e previsão de recursos, (ii) captação de recursos de fundos externos para apoio às cadeias produtivas, (iii) incluir outras

espécies de pescado, como o tambaqui, na PGPM-Bio e (iv) que o RGP substitua o cadastro necessário para acesso à essas políticas. Fomos informados pelos representantes governamentais presentes que outros órgãos são responsáveis por essas políticas também, e portanto MPA, MMA e MDA estão buscando acordos de cooperação técnica. Estão buscando também inserir o uso (e controle) de espécies invasoras como serviço ambiental, o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural e a garantia de orçamento para as políticas de pesca. Informaram também que o pescado foi incluído na cesta básica, o que permite redução de impostos.

O **Registro Geral de Pesca** figura como tema importante relevante, porque é a base do direito do pescador. Apesar disso, há alguns desafios para sua obtenção, como a dificuldade com a centralização das demandas, a logística para obter a documentação, a lentidão do sistema do MPA, ausência de legislação específica para emissão do RGP de embarcações para águas continentais que dificulta o acesso à políticas públicas, a ausência de RGP para os indígenas manejadores e a ausência de fiscalização para obter e utilizar o RGP. Nossas propostas são: (i) descentralização da análise das demandas cadastrais, (ii) estabelecer um prazo fixo para respostas ao protocolo, (iii) garantir acesso dos manejadores e indígenas ao RGP e benefícios associados, (iv) regulamentar embarcações de águas continentais, (v) consultar organizações e/ou órgãos de classe (associações de pescadores, sindicatos e colônias) em territórios pesqueiros para a emissão do RGP para evitar a fraude na obtenção do documento e (vi) priorizar a análise de emissão de RGPs solicitados pelos órgãos representativos de classe.

Consideramos que **Monitoramento, Pesquisa e Fiscalização** são essenciais para a manutenção dos estoques pesqueiros. É importante relatar a ineficiência da fiscalização, atribuição de governo, para proteger os recursos explorados e conseqüentemente os meios de vida dos pescadores e pescadoras na Amazônia. Ressaltamos também a emergência com relação à segurança nos territórios, constantemente ameaçados pelo avanço do narcotráfico e do garimpo; e os impactos de grandes empreendimentos como as hidrelétricas e exploração de produtos petrolíferos. E a importância da pesquisa para avaliar o estoque pesqueiro e a adequação do defeso, bem como a importância de que o conhecimento dos pescadores e pescadoras seja considerado. Nossas propostas para avançar com o tema são: (i) reestruturação da fiscalização ambiental em todas as esferas de governo, inclusive com a ampliação da competência de fiscalização do ICMBio para o entorno das UCs; (ii) elaboração e respeito de protocolos de consulta às comunidades com relação às pesquisas e grandes empreendimentos, (iii) padronização e simplificação de formulários de coleta de dados de desembarque, (iv) transformar a coleta de dados para a estatística pesqueira em política de Estado, (v) reivindicar assento para as lideranças comunitárias nos CPGs; (vi) validar com dados a efetividade dos períodos de defeso, (vii) discutir ações conjuntas de processos de vigilância com apoio do Estado, (viii) articulação com as forças armadas para a fiscalização na Amazônia, (ix) descentralizar os CPGs por sub-bacias para ampliar a participação das organizações locais e agilizar alterações na legislação. Uma discussão importante foi o reconhecimento, por parte da representante do MPA, da necessidade de uma proposta para encaminhar a validação do auto-monitoramento para gerir os recursos pesqueiros e que os CPGs são um fórum importante para essa discussão. E também foi informado que o MPA já tem uma pesquisa contratada para reavaliar os períodos de defeso.

As **Mudanças Climáticas**, uma situação crítica e emergente, influenciam diretamente na qualidade de vida dos pescadores e pescadoras, diminuindo seu acesso a recursos fundamentais como água potável e alimento. Nos últimos dois anos, secas severas atingiram a região amazônica, trazendo muitos impactos e desafios, como a mortandade de peixes e a impossibilidade de acesso às áreas de pesca. Dados apresentados pelo IDSM informam que, no ano de 2024, a eficiência de captura do pirarucu manejado foi a pior em 25 anos de manejo, ao mesmo tempo que os custos com insumos para a pesca, como combustível, gelo e alimentação foram os maiores registrados, devido ao inflacionamento dos preços causada pela dificuldade de abastecimento durante o período de estiagem. Apresentamos as seguintes propostas para enfrentar essa emergência: (i) inserir a Pesca no Plano Clima, inclusive considerando demandas e reivindicações já identificadas e pleiteadas por grupos como o Coletivo do Pirarucu; (ii) especificamente relacionado ao Manejo de Pirarucu, é importante antecipar a entrega das autorizações de pesca e apoiar os manejadores nas diversas fases do manejo, principalmente a vigilância comunitária; (iii) mapear e monitorar as áreas mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas; (iv) auxílio emergencial durante secas severas; (v) o fornecimento de sementes resistentes e (vi) reavaliar periodicamente o defeso, que deve responder às condições locais e de mudança do clima. E encaminhamentos importantes foram: (i) o reconhecimento pelo MPA e MMA da necessidade de estruturação e celeridade para atender às demandas emergenciais causadas pela mudança do clima e (ii) o comprometimento do departamento de Gestão Compartilhada do MMA de acompanhar junto à Secretaria Nacional de Mudança do Clima como está a questão da Pesca no Plano Clima.

Brasília, Distrito Federal, Brasil  
05 de fevereiro de 2025

Nota. *Carta original com assinaturas está anexa à Memória do evento.*

<b>Organização</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
ACJ	Diomir de Souza Santos	
AMEPP	Francisco Freitas da Silva	
ASSCOMAL	Pedro Gonçalves Lopes	
CPP	Marcelo Apel	
OGM	Davi Flores Mayuruna	
COPEAKA	Rosiney Dias Kanamari	
CTI	Thiago Arruda Ribeiro dos Santos	
UNIR	Carolina Rodrigues da Costa Doria	
Ecoporé	Dayana Tamiris Brito Dos Santos Catâneo	

Ecoporé	Edson Rubens Ferreira Rodrigues	
Colônia Z-2 de Guajará-mirim	Jhon Hemerson Ribeiro da Costa Maia	
Colônia Z-1	João Evangelista Pereira da Silva	
Ecoporé	Joshua Rodrigues Lacerda	
IDSMM	Ana Cláudia Torres	
AACJ	Cleissiane Souza da Silva	
FEMAPAM	Pedro Canízio Oliveira da Silva	
Instituto Juruá	Eduardo von Muhlen	
AMARU	Francisco das Chagas Melo de Araújo	
	Cintia Andrade Cunha de Matos	
Instituto Fronteiras	Hilaritssa Moura Barbosa	
APEL	Francisca Batista Renovato	
UFAM	Marcelo Rodrigues dos Anjos	
Manejadores Unini	Erivelto Gomes de Andrade	
MOPEBAM	Alexandre dos Santos Pimentel	
MOPEBAM	Jose Edinaldo Rocha Da Silva	
UFPA	Bianca Bentes	
ASSUREMAS	Jorge Gabriel dos Santos Pompeu Filho	
AMAB	José Alves de Moraes	
	Dyeme Sousa Silva	
Sapopema	Wandicleia Lopes de Sousa	
TNC	Elizabeth Serrão	
TNC	Fernanda Silva	
TNC	Khimberlly Sena	
TNC	Lucilene Oliveira da Silva Amaral	
	Rosangela Santos Vieira	
WCS	Gina Leite	

WCS	Pauletiane Horta	
WCS	Sofia Lazarte	
WCS	Guillermo Estupiñán	
WCS	Sannie Brum	